



AFP



Após a operação policial mais sangrenta da história do Rio de Janeiro, moradores se aglomeram na Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, enquanto os rabeções levam os corpos que foram jogados na rua

## OPERAÇÃO CONTENÇÃO

# Especialistas defendem ações conjuntas

Na avaliação de especialistas, o debate passa por punição e estrangulamento financeiro das facções criminosas

» LUANA PATRIOLINO

Com 121 mortos e 113 prisões, apreensões em massa, além da população em meio ao fogo cruzado, a operação das polícias civil e militar contra o Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, se consagra como a mais letal da história. O caos expõe a fragilidade da segurança pública no RJ e o crescimento desordenado do crime organizado.

Na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Correio**, a solução é multifacetada, com debates sobre a punibilidade e as medidas sobre o chamado estrangulamento financeiro.

Para o especialista em segurança pública Fagner Dias, professor do Ibmecc, o aumento de penas não é o suficiente para o combate às facções. “É importante, claro, porém se você somente aumenta as penas e as ações policiais —para que exista a sensação de punibilidade — é necessário discutir para onde essas pessoas vão. Se forem para um sistema prisional dominado por facção, acaba virando uma escola do crime. Assim, teremos outro problema”, destacou.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o crime organizado atuante no Brasil teve um faturamento de R\$ 146 bilhões em produtos explorados em 2022. Na avaliação de Fagner Dias, é necessário elaborar estratégias que cortem as fontes de financiamento das facções para desarticulá-las.

“É preciso que o sistema público invista no estrangulamento financeiro dessas facções porque ela gira em torno do lucro. Só a punibilidade, então, não é o suficiente porque é um negócio muito rentável para os criminosos”, argumenta Dias.

O professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA) Fabio de Sá e Silva aponta que as facções estão expandindo, inclusive, para fora do país. “No Rio, a atuação dessas organizações acaba tendo mais visibilidade porque gera disputas territoriais com muitas mortes e dinâmicas de opressão a comunidades. Mas a criminalidade organizada se espalhou pelo Brasil; as organizações inicialmente baseadas no Rio e São Paulo hoje têm presença em outros estados e regiões como a Amazônia também passaram a



No dia seguinte, no Rio, o rastro da destruição deixado pelo confronto



A organização utilizou até drones para jogar bombas na polícia

ser foco de atividades criminosas estruturadas”, diz.

Segundo ele, é importante lembrar como essas organizações surgiram: no caso do Rio de Janeiro, pela repressão da ditadura, em São Paulo, por um massacre em presídio. “Essa repressão que sai nos jornais, baseada em ação policial violenta em territórios, é insuficiente, porque ela ataca apenas a linha de frente dessas organizações, em geral, formada por pessoas jovens, facilmente substituíveis, que fazem atividades mais simples como guarda e transporte de drogas. O planejamento e a gestão do lucro não serão interrompidos por tiros. Precisa de inteligência e investigação, inclusive, porque há uma interseção cada vez maior entre crime organizado e economia formal”, ressalta.

### Violência

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública também ganhou força por conta do caos no Rio. O projeto, apresentado pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, prevê a integração das forças policiais e o fortalecimento do controle civil e democrático das instituições. Também está em discussão o projeto que enquadra as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) e milícias como terroristas. O professor Fábio Sá e Silva é contra a denominação das facções como crimes de terrorismo. “Chamar de terrorismo é ainda pior, além de um erro conceitual, fragiliza a soberania do Brasil”, defende. Mas há quem discorde. Para o



A exposição de fuzis após a operação demonstra o poderio da facção



A Refit seria um exemplo dos meios que abastecem as facções com dinheiro

presidente do Conselho Empresarial de Segurança da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Vinicius Cavalcante, a atuação dos integrantes das facções se encaixam, sim, como terrorismo. “Eles usam o mesmo modus operandi guerrilheiro e terrorista. Isso a gente não vai combater com o policiamento ordinário e com as leis frouxas do Brasil”, disse.

“A definição de terrorismo é o uso ilegal da violência contra pessoas, comunidades, grupos, para influenciar a vontade dessas pessoas. Essa é a ideia, essa é a definição mais básica, mais simples do terrorismo. Quando um criminoso dá uma rajada de metralhadoras para o alto, é para que saibam que ele manda”, acrescenta Cavalcante.

O brasileiro James Green,

professor emérito de história do Brasil na Brown University em Providence, Rhode Island, nos Estados Unidos, destacou que a escalada da violência no Rio de Janeiro reforça o imaginário entre os norte-americanos de que o país é violento. Na avaliação dele, há outras implicações para o país, porque a campanha do presidente dos EUA, Donald Trump, de combate ao narcotráfico na Venezuela pode reverberar no Brasil.

Green destacou que esse episódio poderá ser utilizado na campanha eleitoral, a exemplo da interferência de Trump nas eleições argentinas. “É possível que isso possa fazer parte de uma campanha da extrema-direita, quando ficar mais claro quem será o candidato no ano que vem”, acrescentou. (Colaborou Rosana Hessel)

## Haddad sugere asfixia do crime

» EDLA LULA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está entre os que acreditam que somente afixando financeiramente o crime organizado é que se conseguirá impedir que grupos como o Comando Vermelho, siga dominando territórios nos estados. Ontem, ao ser perguntado por jornalistas sobre como vê a situação do Rio, Haddad fez duras críticas ao governador, afirmando que Cláudio Castro “precisa acordar” para o problema, que considera crítico no estado.

“No caso do Rio de Janeiro, todo mundo sabe que o dinheiro está vindo da questão do contrabando de combustível, da fraude tributária, da simulação de refino, da distribuição de combustível batizado. Eu penso que o governador deveria acordar para esse problema, que é crônico no Rio de Janeiro e nos ajudar, ajudar a Receita Federal a combater o andar de cima”, afirmou o ministro, ao citar a Operação Cadeia de Carbono.

Desdobramento da operação Carbono Oculto, que identificou a presença do crime organizado no sistema financeiro, a Cadeia de Carbono, realizada em setembro, culminou com a interdição da refinaria Refit, localizada em Mangueiras, no Rio. A suspeita é de que o combustível da Refit abastece redes de postos de gasolina controlados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo as investigações, a facção criminosas atua no mercado de combustíveis para lavar dinheiro do crime.

### Reinterdição

A bronca de Haddad tem relação com o pedido feito pelo governo do RJ para que a Justiça desinterditasse a refinaria, o que foi acolhido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) na última segunda-feira.

Ontem, o ministro Herman Benjamin, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e anulou a decisão do TJRJ, proibindo, novamente, as atividades da refinaria de Mangueiras.